

Mulheres jornalistas sob ataques: violências de gênero e riscos na cobertura política brasileira durante o Governo Bolsonaro¹

Catharina Iavorski
Karina Janz Woitovicz
Paula Melani Rocha
Felipe Simão Pontes

Resumo:

Este trabalho dedica-se a analisar casos de violência contra mulheres jornalistas na editoria de política durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), valorizando testemunhos de experiências profissionais. Segundo dados do Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, em 2022, o então presidente foi responsável por 147 de 430 casos de violência contra jornalistas, ou seja, 34,19% das agressões. Sendo assim, o objetivo geral é analisar impactos profissionais e pessoais nas vidas das jornalistas mulheres que sofreram ataques em decorrência da cobertura jornalística. Em uma perspectiva qualitativa, foram realizadas entrevistas semi estruturadas com quatro jornalistas. A análise foi baseada em três eixos: perfil, violência e consequências da violência. Além disso, foi utilizada a metodologia bibliográfica para construir um diálogo entre as entrevistas e textos ligados ao jornalismo, gênero e violência. Registra-se, a partir das entrevistas, que as violências contra as mulheres jornalistas estão atreladas a questões generificadas e misóginas.

Palavras-chave: Jornalismo. Gênero. Violência. Política. Cultura profissional.

Women journalists under attack: gender-based violence and risks in Brazilian political coverage during Bolsonaro's government

Abstract:

This paper aims to analyze cases of violence against women journalists in the political section during the government of former president Jair Messias Bolsonaro (PL), valuing testimonies of professional experiences. According to data from the Report on Violence against Journalists and Freedom of the Press in Brazil, in 2022, Bolsonaro was responsible for 147 of 430 cases of violence against journalists, that is, 34.19% of the attacks. Therefore, the general objective is to analyze professional and personal impacts on the lives of women journalists who suffered attacks due to their journalistic coverage. From a qualitative perspective, semi-structured interviews were conducted with four journalists. The analysis was based on three axes: profile, violence, and consequences of violence. In addition, a bibliographic methodology was used to build a dialogue between the interviews and texts related to journalism, gender, and violence. It is evident from the interviews that violence against women journalists is linked to gendered and misogynistic issues.

Keywords: Journalism. Gender. Violence. Politics. Professional culture.

Recebido em: 03.08.24
Aprovado em: 16.10.24

Catharina Iavorski

Mestranda em Jornalismo e graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Responsável pela pesquisa e pela redação do texto que originou este artigo, resultado de seu TCC.

E-mail: mariacatharina18@gmail.com

Karina Janz Woitovicz

Professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordena o grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. É bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq – PQ2 (2021-2024). Responsável pela orientação e supervisão do estudo.

E-mail: karinajw@gmail.com

Paula Melani Rocha

Professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordena o grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. É bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq – PQ2 (2023-2026). Coordenadora da pesquisa em que este estudo se insere e responsável pela supervisão.

E-mail: paulamelani@gmail.com

Felipe Simão Pontes

Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordena o grupo de pesquisa Jornalismo, Conhecimento e Profissionalização. Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (2023-2025). Responsável pela revisão final do texto e sua adequação para esta publicação.

E-mail: paulamelani@gmail.com

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 21, n. 1, jan./jun. 2024
ISSNe 1984-6924

Introdução

Este texto apresenta algumas das consequências de violências sofridas por jornalistas mulheres que cobrem política no Brasil. O recorte temporal é o Governo Bolsonaro, destaque no que tange aos ataques contra jornalistas, de acordo com dados dos relatórios de Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil, realizados pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). A pesquisa consiste na análise de quatro entrevistas com jornalistas que atuam na editoria de política e foram agredidas, para compreender a dimensão das consequências dos ataques na vida profissional e pessoal das profissionais. O objetivo é analisar os impactos na vida das jornalistas que sofreram ataques em decorrência do seu trabalho. O estudo caracteriza os tipos de violências sofridas e identifica marcadores sociais das entrevistadas.

Os números da Abraji apontam que, ao exercer seu trabalho, os jornalistas foram alvos constantes de agressões (44,3%), restrições na internet (34,4%), discursos estigmatizantes (16,4%) e processos judiciais (4,9%). Em 2021 foram registrados 453 alertas de violações da liberdade de imprensa no país, um aumento de 23,4% em relação a 2020, quando houve uma ampliação de 78,7% nos casos que vitimaram mulheres.

A análise se sustenta em três eixos: perfil, utilizado para caracterizar a trajetória das profissionais; violência, para compreender como foi o ataque e a relação entre a violência e as jornalistas; e consequências, para entender como a violência afetou as mulheres jornalistas no âmbito profissional e pessoal. Há uma percepção descrita pela Abraji e reforçada a partir dos resultados desta pesquisa sobre como as mulheres são agredidas.

O apelo ao gênero e à sexualidade não é incidental: em sociedades com presença de valores conservadores, esse tipo de ataque é uma forma de minar a credibilidade do jornalismo profissional e de desviar a atenção do conteúdo da notícia. No lugar de discutir os fatos noticiados, discutem-se a legitimidade e a autoridade da jornalista para apurá-los e divulgá-los. Não é coincidência que os termos mais utilizados nos insultos às profissionais façam referência a aspectos de gênero – “vagabunda”, “puta”, “fofoqueira” – e a supostos vieses ideológicos das jornalistas – “militante”, “esquerdista” e “comunista”, entre outros. (Abraji, 2021, p. 04)

A discussão considera os estudos sobre a feminização do jornalismo ao observar fenômenos e movimentos na profissão a partir da participação das mulheres no trabalho (Rocha, 2019). Neste caso em específico, o recorte é a violência generificada contra as profissionais no exercício do jornalismo. Considera-se ainda que, embora as mulheres sejam maioria no jornalismo brasileiro, ainda há assimetrias de gênero na divisão sexual do trabalho, na cultura organizacional, na cultura profissional, nas rotinas produtivas, nas relações com as fontes (Rocha, 2019; Bandeira, 2019) e na intersecção com raça (Moura, 2019), sendo a mão-de-obra mais precarizada e flexibilizada (Rocha, 2019), colocando-as em situações vulneráveis no mundo do trabalho. Ainda de acordo com a pesquisa da Abraji (2022), as mulheres são as que mais sofrem ataques generificados.

1. Gênero, interseccionalidade e violência contra jornalistas

É necessário discutir conceitualmente as noções de gênero, interseccionalidade e violência e como essas definições fundamentam as discussões aqui propostas. Compreende-se gênero como uma categoria de análise, elemento constitutivo das relações sociais e uma forma de dar significado às relações de poder (Scott, 1995). Por sua vez, Saffioti (1996) identifica uma correlação entre o gênero

¹ Este estudo integra a pesquisa Riscos e traumas no jornalismo. Inovação tecnológica e a feminização da profissão (CNPq), que está sob a égide do grupo de pesquisa Journalism Education and Trauma Research Group – JETREG, coordenado pela professora Paula Melani Rocha na América do Sul. A realização de entrevistas foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

e o patriarcado. Sendo assim, as relações sociais em termos de gênero não podem ser discutidas sem levar em consideração o patriarcado e as suas raízes históricas presentes na sociedade.

O patriarcado representa a estrutura das relações de gênero. Trata-se de uma engrenagem que, embora tenha seguramente seis milênios, vem sofrendo transformações à medida que se simbiotiza com diferentes modos de produzir bens materiais, ou seja, de os seres humanos se relacionarem entre si e com a natureza. Embora não se concebem as relações de gênero como atomizadas, admite-se sua maior fluidez se comparada ao patriarcado. Eis porque se percebem distintas temporalidades em cada um dos casos. As semelhanças, contudo, são enormes. Tanto o patriarcado quanto o gênero regulam não apenas as relações homem-mulher, como as de homem-homem e mulher-mulher. (Saffioti, 1996, p. 02).

Refletindo sobre a relação entre gênero e violência, Rita Segato (2003) explica que a violência contra a mulher é naturalizada pela sociedade. A autora disserta sobre como a violência perpassa diferentes sociedades e está atrelada a questões de Estado, no qual as mulheres estão sujeitas às violências.

Ademais, as violências contra as mulheres não estão atreladas apenas a questões de gênero. Patricia Collins (2015) define que gênero, classe, sexualidade e outras classificações que podem gerar opressões não são unitárias e se cruzam. Portanto, há a presença de diferentes violências imbricadas nesses marcadores sociais.

Kimberlé Crenshaw (2002) entende a interseccionalidade como camadas de subordinação e de desigualdades sociais. A autora define a interseccionalidade com uma metáfora, em que há um cruzamento entre as opressões sociais. A interseccionalidade é estabelecida como uma categoria heterogênea, necessária para compreender que as opressões são múltiplas e complexas no campo social (Biroli; Miguel, 2015).

Relacionando as teorias interseccionais e o jornalismo, Moura e Costa (2018) expressam que há um “teto de vidro” para as mulheres no jornalismo e nas relações de trabalho. Para as autoras, o “teto de vidro gênero/raça/classe” é resultado das diferentes dimensões de opressão sofridas pelas mulheres, afetando o cotidiano e o trabalho.

Em nossa reflexão, com base no processo metodológico descrito acima, concluímos que as mulheres jornalistas brasileiras enfrentam, minimamente dois “tetos de vidro”: um “teto de vidro” de camada única ou dupla (gênero e/ou classe), o qual detém as mulheres jornalistas brancas no processo de ascensão na carreira, visibilidade e status profissional, e um outro “teto de vidro gênero/raça/classe” que delimita e tensiona a carreira das jornalistas negras brasileiras no processo de ascensão na carreira, visibilidade e status profissional. (Moura, Costa, 2018. p. 203).

Por sua vez, para contextualizar a definição de violência, parte-se do conceito estabelecido no *World Report on Violence and Health* (Krug *et al.*, 2002), ainda sem considerar as relações de gênero.

Qualquer análise abrangente da violência deve começar por definir as várias formas de violência de maneira a facilitar a sua medição científica. [...] O uso intencional de força física ou poder, ameaçado ou real, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, desenvolvimento deficiente ou privação. (Krug *et al.*, 2002, p. 05) (tradução da autora)²

Os cenários de violência analisados estão ligados às questões de poder, presentes nas relações de gênero e nos aspectos da cobertura jornalística política. E elas não se resumem a um tipo de violência. As jornalistas entrevistadas passaram por ameaças e agressões, além de enfrentar as consequências, com danos psicológicos e privações.

De acordo com Lorente-Acosta (2020), o que diferencia a violência de gênero de outras são: componentes estruturais, objeto de controle e isolamento. As vio-

² Texto original: “Any comprehensive analysis of violence should begin by defining the various forms of violence in such a way as to facilitate their scientific measurement. [...] The intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, that either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment or deprivation.” (KRUG *et al.*, 2002, p. 05)

lências de gênero, a partir de uma cultura masculina e patriarcal de dominação, são vistas historicamente e socialmente como normais, fruto de violência simbólica (Oliveira, Costa e Sousa, 2015).

Essas considerações são trabalhadas ao se estudar as manifestações das violências contra as mulheres jornalistas. Jéssica Costa (2023), com base em Segato, explica que a violência e o assassinato das jornalistas tem como fim o silenciamento das profissionais e o controle da sua atuação. Ao criar uma ponte entre gênero, jornalismo e violência, a autora também destaca como o jornalismo está presente na construção do gênero, e como essa construção ainda é estruturalmente masculina e não inclui de maneira prática e estrutural as mulheres.

Entende-se que o jornalismo afeta e é afetado pelas múltiplas violências que as mulheres jornalistas sofrem na profissão. A prática profissional está permeada por parâmetros que definem as inserções na rotina e nas produções jornalísticas, recebendo impactos dos processos e relações de gênero (Moura, Rocha, Damian-Galliard, Le Cam, 2018).

A entrada massiva de mulheres na redação e nos ambientes de produção jornalística ocasionou deslocamentos qualitativos no mundo do trabalho. Os dois movimentos alinhados, quantitativo e qualitativo, são compreendidos como feminilização e feminização da profissão, respectivamente. “A feminização seria, portanto, uma categoria em movimento, em processo de construção” para descrever e interpretar mudanças relacionadas à elevada participação de mulheres em “[...] processos capitalistas contemporâneos” (Yannoulas, 2011, p. 286).

A feminização compreende, por exemplo, as barreiras verticais e horizontais (tetos e portas de vidro) que as mulheres enfrentam na pirâmide profissional, com a maior concentração em alguns segmentos do mercado de trabalho. Por exemplo, as mulheres estão mais presentes na assessoria de imprensa e docência; já os homens, nos setores do jornalismo tradicional. Além de assimetrias nas atribuições de funções e cargos: repórter, editor e chefias de maneira geral (Moura, Rocha, Damian-Galliard e Le Can, 2018). Moura, Rocha, Damian-Galliard e Le Can (2018) analisam o processo de feminização e a pirâmide profissional em três países: Brasil, França e Bélgica, com semelhanças das distribuições desiguais entre os gêneros. Para as autoras, as mulheres se concentram em maior quantidade na base da pirâmide profissional e há maior presença masculina nos cargos de direção localizados no topo da pirâmide. No Brasil, existe o cenário de informalidade maior para as mulheres, com a faixa salarial e os cargos de liderança incompatíveis com a proporção delas na profissão (Pontes, 2017).

De acordo com Rocha (2019), a estratificação na ocupação horizontal da pirâmide profissional espelha relações de poder nos segmentos da profissão e na divisão sexual do trabalho, outro deslocamento característico da feminização da profissão. Segmentos de maior prestígio dentro do campo, em editorias consagradas como política e economia, empregam mais homens e pessoas brancas. As mulheres negras estão mais concentradas na base da pirâmide. É possível demonstrar que, segundo dados da Abraji e do Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al.*, 2021), as mulheres que conseguem ocupar lugares dentro da editoria política ainda são em sua maioria brancas.

2. Mapa das agressões contra mulheres jornalistas de 2019 a 2022

Contextualizando o cenário da pesquisa, a partir do recorte temporal do governo Bolsonaro (2019-2022), da editoria escolhida e dos tipos de violência que as jornalistas sofreram, foi realizado um levantamento de relatórios e associações que demonstram quantitativamente as agressões contra as jornalistas. O levantamento auxilia a vislumbrar como a imprensa e as profissionais são atacadas nos mais diversos contextos. É importante lembrar que no Brasil existiu um ataque

vindo diretamente dos poderes públicos e da presidência da República e seus aliados. As jornalistas aqui entrevistadas fazem parte dessa realidade, visto que há um ataque dos agentes estatais e aliados, diversos casos aconteceram pelas redes sociais, sem perder de vista, principalmente, que os ataques foram generificados e contra as jornalistas mulheres

Segundo dados do Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas, em 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi responsável por 147 de 430 casos de violência contra jornalistas. Segundo dados da Abraji, em 2021 e 2022, a maior parte dos agressores são autoridades do estado e *trolls*. Em 2021, 38,7% (29 casos) foram agressores *trolls/trolls-centers* e 21,3% (16 casos) foram autoridades do Estado. E em 2022, 41,2% (28 casos) foram originários de autoridades do Estado e 36,8% (25) foram *trolls/trolls-centers*. Além disso, a partir dos dados da Abraji, é perceptível que os internautas e apoiadores se destacam como agressores em 2021 e 2022. Os principais agressores que atacaram as jornalistas mulheres nesses dois anos são: internautas, Eduardo Bolsonaro, manifestantes bolsonaristas/apoiadores do ex-presidente e Jair Bolsonaro. Nicoletti e Flores (2022) definem apoiadores políticos e filhos do ex-presidente – que propagam ódio e desinformação – como “Sistema Bolsonaro”.

Como fator contextual, é importante destacar que as ações do governo Bolsonaro estiveram ligadas a políticas conservadoras que incentivaram e intensificaram as ações de descredibilização do(a) jornalista e corroboraram com a desinformação. Além disso, o governo incentivou ideias contrárias a segmentos sociais marginalizados e políticas públicas. Sendo assim, é possível compreender que os ataques contra a imprensa e as mulheres jornalistas têm como objetivos, além de descredibilizar o jornalismo, direcionar o ódio e a violência para as mulheres pela questão de gênero (Rennó, 2022).

Ao trazer para a realidade brasileira, os dados da Abraji afirmam que em 2021 foram registrados 453 ataques contra jornalistas e meios de comunicação. Desses, 69% dos casos foram agressões de agentes estatais. E ainda, 119 foram classificados como ataques contra mulheres jornalistas. Em 2022, foram registrados 557 casos de violência, desses 145 foram ataques de gênero contra jornalistas mulheres. E ainda, 91 deles foram contra jornalistas que cobrem pautas sobre política, ou seja, 62,7% dos casos. Em relação ao recorte da editoria, percebe-se que a cobertura de temas políticos é hostil às profissionais mulheres em uma sociedade com lastro no patriarcado e racista, seja pelas fontes ou público, que se apropriam de ataques generificados e discursos estigmatizantes. Segundo definição presente nos relatórios da Abraji, os discursos estigmatizantes estão relacionados ao apelo contra a mulher por sua condição de gênero.

O apelo ao gênero e à sexualidade não é incidental: em sociedades com presença de valores conservadores, esse tipo de ataque é uma forma de minar a credibilidade do jornalismo profissional e de desviar a atenção do conteúdo da notícia. No lugar de discutir os fatos noticiados, discutem-se a legitimidade e a autoridade da jornalista para apurá-los e divulgá-los. Não é coincidência que os termos mais utilizados nos insultos às profissionais façam referência a aspectos de gênero – “vagabunda”, “puta”, “fofoqueira” – e a supostos vieses ideológicos das jornalistas – “militante”, “esquerdista” e “comunista”, entre outros. (Abraji, 2021, p. 04)

3. Procedimentos metodológicos

A pesquisa busca compreender as relações e efeitos sociais, ao demonstrar a violência contra as jornalistas e suas consequências em diferentes âmbitos. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (Laville; Dionne, 1999), com um roteiro de perguntas servindo como base para o diálogo mais fluido com as participantes.

O roteiro foi pensado em duas partes. A primeira busca conhecer a entrevistada no âmbito da carreira acadêmica e profissional para localizar e compreender qual foi sua trajetória. A segunda parte está dedicada a compreender como de fato aconteceram as violências, podendo, assim, identificar o tipo de violência, em que meio a agressão aconteceu, quando e onde aconteceu, qual foi a pauta trabalhada no momento da agressão e qual foi o tipo de ataque que as jornalistas mulheres sofreram. Além disso, as entrevistadas são questionadas sobre como foi o período depois da violência, buscando identificar as consequências do ataque, a mudança na relação com as fontes e na prática jornalística e as consequências na saúde física e mental das profissionais.

Para a realização das entrevistas, foi feito um mapeamento das jornalistas mulheres que trabalham ou trabalharam com política e assuntos correlatos e sofreram alguma violência no exercício profissional. A metodologia utilizada foi a amostragem “Bola de Neve” (Vinuto, 2014). Dessa forma, a partir de contatos já existentes com pessoas da imprensa, jornalistas, associações e sindicatos dos jornalistas, foram estabelecidas redes de contatos abrangendo diversas regiões do país, buscando encontrar profissionais mulheres dispostas a contar sobre suas vidas, as violências sofridas e suas consequências. É necessário destacar que duas entrevistas presentes no trabalho fazem parte do banco de dados da pesquisa “Riscos e Traumas no Jornalismo. Inovação tecnológica e a feminização da profissão” e foram realizadas por pesquisadoras do grupo. As outras duas entrevistas foram executadas para esta pesquisa.

A análise das entrevistas foi estruturada com base em uma apresentação do perfil da entrevistada, sem identificá-la, com informações como idade, formação, meio de comunicação onde trabalha e região do país onde mora, de modo a identificar elementos da cultura profissional. Após esse breve perfil, a análise parte para a explicação do momento em que a jornalista foi agredida, buscando mapear tipos de violência, além de identificar como aconteceram as agressões. O Quadro 1 traz o perfil das quatro entrevistadas com seus nomes fictícios e informações baseadas nas respostas das entrevistas.

Quadro 1. Perfil das entrevistadas

Nome	Idade	Mídia	Dependentes financeiros	Região	Agressores
Antonieta de Barros	36	Televisão	Não	Sul	Manifestantes pró-Bolsonaro (presencial)
Angela Davis	27	Televisão	Não	Sul	Manifestantes pró-Bolsonaro (presencial)
Bertha Lutz	33	Impresso/Online	Não	Sudeste	Ex-Ministro (online)
Mietta Santiago	43	Rádio	Sim	Nordeste	Ataques nas redes por opiniões políticas; transfobia (online)

Fonte: Elaborado pela autora

A análise parte para os desdobramentos do ataque na vida das jornalistas, no âmbito profissional e pessoal, compreendendo alterações no seu dia a dia, na forma de tratar e cobrir as pautas, nas relações com fontes e pessoas próximas e qual foi o impacto da violência na saúde da jornalista, seja física ou mental. As

entrevistas foram realizadas entre abril e junho de 2023, via Google Meet de maneira síncrona. As palavras e frases em *itálico* presentes na análise dizem respeito às falas diretas das entrevistadas.

4. Mulheres jornalistas sob ataques

A primeira entrevistada está identificada como Antonieta de Barros. Sua profissionalização na área jornalística aconteceu em Cascavel (PR). Foi estagiária em uma emissora de televisão local, migrou para o rádio, mas acabou voltando para a área que mais a atraía. Antonieta foi atacada cobrindo manifestações bolsonaristas, em 2022, logo após as eleições do segundo turno. Ela foi cercada e xingada por manifestantes favoráveis a Jair Bolsonaro. Posteriormente, recebeu mensagens pelas redes sociais com ofensas e ameaças.

A segunda entrevistada está identificada como Angela Davis, tem 27 anos e trabalha com comunicação desde os 15, em uma rádio. Segundo a entrevistada, ela tem contato mais amplo e bem próximo com o público quando trabalha na rua. Na época em que foi entrevistada para a pesquisa, Angela estava em outra emissora de televisão, onde ingressou em novembro de 2022. A jornalista foi agredida nas manifestações pró-Bolsonaro em 2022, na frente do Batalhão do Exército, em Cascavel. Ela foi cercada e agredida verbalmente por manifestantes.

A terceira entrevistada está identificada como Bertha Lutz. Ela tinha 33 anos no momento da entrevista e trabalhava em uma redação de jornal impresso e online em São Paulo. Após terminar o curso de Jornalismo, foi para Ribeirão Preto, por dois anos, para trabalhar na sucursal de um jornal paulista. Após 2014, ficou cinco anos na redação de outro jornal de São Paulo – nessa empresa ela entrou para a editoria de educação. Em 2019, retornou para o jornal onde havia atuado anteriormente. Bertha morava sozinha em São Paulo e durante a pandemia de Covid-19 ficou em *home office* por um tempo, depois foi para as ruas “*por não ter filhos e por não ser do grupo de risco*”. A violência verbal sofrida foi impetrada pelo ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, no Twitter (atual X), com comentários dos seguidores dele.

A quarta entrevistada, denominada Mietta Santiago, tinha 43 anos no momento da entrevista e trabalhava em uma rádio no interior da Bahia. Segundo a entrevistada, ela foi “*a primeira jornalista transexual a ser repórter de um programa policial no Brasil*”. Sua formação jornalística aconteceu de 2012 a 2016. Ela trabalhou como técnica em enfermagem e vendedora de consórcios. A entrevistada destacou que, para começar sua formação, foi necessário primeiro terminar o ensino médio, já que ela desistiu na adolescência por causa da transfobia que sofria no colégio, ficando cinco anos longe dos estudos. Em 2009 e 2010, ingressou em uma universidade, porém um professor a tratou mal. Segundo Mietta, o professor “*não gostava de travestis e transexuais*” (fala da entrevistada), e a partir dessa ocasião ela desistiu da faculdade. Após um período trabalhando como assessora, voltou para a graduação. Em 2018, esteve presente em um canal de televisão da Bahia, mas foi afastada por causa do apoio dado a um candidato nas eleições de 2018. Mietta foi agredida muitas vezes devido a sua identidade de gênero, por matérias que fez e por suas posições políticas. Além disso, sofreu perseguições, processos e foi agredida pelas redes sociais. No início de 2023, a jornalista teve seu carro apedrejado.

Antonieta detalhou que durante manifestações bolsonaristas, em 2022, logo após as eleições do segundo turno, cerca de 50 manifestantes cercaram ela e seu cinegrafista e tentaram separá-los. A jornalista conta que chamaram ambos de “*cachorrada*”. Inicialmente, a jornalista não identificou o ataque como generificado, porém, em segundo momento, ela comenta: “*Eu percebi que por ser mulher, muitos homens vinham mais para o meu lado e uma outra coisa que também senti*

foi a presença de muitas mulheres me atacando. Elas foram bastante agressivas comigo, enquanto mulher e enquanto jornalista. Eu percebi que existiu uma diferença com relação ao meu cinegrafista”.

Além disso, em relação a ser um ataque generificado contra Antonieta, compreende-se o xingamento “cachorra”, direcionado à jornalista, utilizado como sinônimo para “prostituta”. Após o ataque na manifestação, a jornalista também recebeu mensagens de ódio nas redes sociais. *“Recebi, não sei se não foi uma ameaça, mas recebi mensagens de um homem no meu Instagram me intimidando. Não chegou a ser uma ameaça, mas intimidando.”*

Angela Davis conta como foi agredida em uma manifestação pró-Bolsonaro em 2022, na frente do Batalhão do Exército, em Cascavel, após uma das manifestantes sair do enquadramento da câmera e outra compreender, equivocadamente, que a jornalista pediu para ela se retirar. Então, manifestantes bolsonaristas a cercaram xingaram. *“Eles [manifestantes] com o telefone ligado, eles falavam: ‘Começa aí o teu ao vivo!’. E eu, implorando ‘gente, pelo amor de Deus, eu quero fazer ao vivo’. ‘Não, você vai gravar com a gente, você vai falar com a gente, porque você é obrigada!’. Eles começaram a ligar, filmar. ‘É essa aqui ó! É petista, está aqui no meio, mentindo. E eles verbalizando coisas mentirosas com xingamentos do tipo: ‘Hã, você é burra! Se ela sabe que você está fazendo, começa aí, fala aí! Eu quero ver se você fala alguma coisa que não é do nosso agrado, você vai ver o que vai acontecer com você!’. Ele ameaçava.”*

A jornalista destaca que, após a cena na manifestação, colegas contaram para ela que a fala vinda da direção do veículo foi: *“Ah, deixa aí, se bater, se bater nela, vai dar ibope, a gente coloca no ar”*. Por sua perspectiva, Angela não compreende sua violência como generificada, pois acredita que o caso aconteceu devido à profissão. Porém, fica implícito nas falas dela que há uma diferença de tratamento em relação a outros profissionais. *“Eu não me senti agredida por ser mulher em si, mas acredito que a maioria dos agressores eram homens. No entanto, havia também mulheres no meio. Se fosse um homem no meu lugar, analisando a situação, talvez não agisse da mesma maneira.”* As violências podem ser vistas de formas subjetivas pelas mulheres agredidas, visto que cada uma compreende e vivencia a violência de maneiras diferentes. Saffioti (2015) indaga como é possível um fato ser encarado de forma normal por uma mulher e de caráter agressivo por outra.

A entrevista de Mietta Santiago permite a aplicação do conceito de interseccionalidade. A jornalista é uma mulher transexual e entende-se que as violências que ela sofre começam primeiro na sexualidade e se aprofundam posteriormente nas questões da profissão. Ou seja, há um ponto de divergência entre as entrevistadas, já que Mietta Santiago carrega múltiplos marcadores. Uma característica é a necessidade de descridibilização e descaracterização dela como mulher, que se arrasta para outros momentos da vida e da profissão. Passando por diversas tentativas de emprego na televisão, Mietta conta que sempre existiu o preconceito e a necessidade do meio televisivo contratar apenas pessoas consideradas no padrão. *“Passei por algumas entrevistas e notei que por eu ser transexual também atrapalhava”*.

Para além das violências diárias, por causa do seu trabalho e por falar sobre pautas políticas e públicas, a jornalista foi perseguida por mandantes de políticos locais. Ela também foi ameaçada, quando estava na frente de casa. Um homem de moto chegou fingindo que estava armado e disse que ela deveria aprender como falar dos outros. Já em 2023, ela teve seu carro depredado na cidade onde mora. Além disso, Mietta perdeu oportunidades de emprego por causa de suas manifestações políticas nas redes sociais e seu posicionamento em relação ao ex-presidente Bolsonaro. A fala para a jornalista, segundo ela, foi: *“Que pena, já estávamos com todas as documentações preparadas para você trabalhar aqui no jornal X, mas você fica falando mal do meu presidente. Quem fala mal do meu amigo fala mal de mim também. Se não gosta do meu amigo também não gosta de mim”*.

Considerando as violências a partir do ambiente digital, a jornalista Bertha Lutz foi agredida após fazer uma reportagem sobre educação e quem a atacou foi o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub. Após o ex-ministro *retweetar* uma reportagem de sua autoria, apoiadores a atacaram nos comentários. *“As pessoas começaram a me xingar nesse tweet dele e começaram a mandar uma série de mensagens por inbox, isso foi um dia à noite. Vários colegas começaram a me mandar mensagem, perguntando se eu tinha visto, e aí demorei umas duas horas até ver e quando fui ver, tinha uma enxurrada de mensagens, e os xingamentos não estavam questionando o meu trabalho, eles estavam me chamando de vagabunda, prostituta [...]”*

Bertha, quando entrevistada, reconheceu que os xingamentos e a violência que ela sofreu foram genericados. Segundo os dados de violência contra mulheres jornalistas (Abraji), em 2021, 78,7% das agressões carregaram um discurso estigmatizante e, em 2022, 82,4%. Além disso, de acordo com os dados da Abraji, em 2021, 81,3% das violências foram originárias do meio digital e, em 2022, 74%.

Compreende-se que nenhuma das jornalistas sofreu apenas um tipo de ataque. Em todas as entrevistas é perceptível o cruzamento entre os tipos de violência, por exemplo, a violência moral, institucional, psicológica e de gênero. Percebe-se ainda a naturalização da violência como intrínseca à profissão. Sobre essa naturalização, Brayne (2008) trabalha com a ideia de que profissionais do jornalismo enfrentam a violência como um rito de passagem. Bertha Lutz exemplifica essa normalização e naturalização dentro da prática profissional por parte dos colegas de profissão: *“Uma coisa que me pegou muito na época foi que os colegas homens, chefes homens, tratavam esses ataques como uma coisa menor. Então eu recebia parabéns por estar sendo atacada. A fala era ‘Parabéns, isso significa que você está fazendo um bom trabalho, que você está incomodando’”*.

No que diz respeito às consequências da violência, a pesquisa buscou compreendê-la no âmbito profissional e pessoal. As quatro entrevistadas relataram culpa e medo. *“Me senti culpada porque eu ficava ‘meu Deus eu devo ter falado alguma coisa errada, eu devo ter feito alguma coisa errada’”* (Antonieta de Barros); *“Eu tinha medo de ser reconhecida na rua. Na primeira semana eu evitei fazer coisas simples, como ir ao mercado”* (Angela Davis); *“Eu me perguntava, será que eu tô prejudicando ele de alguma forma, com o meu trabalho jornalístico?”* (Mietta Santiago). De acordo com Saffioti (2015), a culpa está internalizada nas mulheres, visto que elas são treinadas para ter esse sentimento. Antonieta de Barros evitou frequentar ambientes por medo de ser atacada novamente. O medo estava presente na vida pessoal e no trabalho, pois ficou com receio de fazer reportagens. Ao relatar sua rotina pessoal, a jornalista descreve que parou de realizar publicações nas redes sociais.

Como ela, Bertha Lutz e Mietta Santiago começaram a evitar o uso das redes sociais. Segundo Bertha, o medo de ter as contas invadidas ou os dados expostos foi difícil de enfrentar. Além disso, a jornalista procurou ajuda psicológica. Quanto às produções jornalísticas e à sua rotina, Bertha relata que, mesmo com medo, nunca deixou de produzir. *“Eu fiquei abalada psicologicamente. Eu acho que o medo maior é sempre de ter as contas invadidas, de sofrer um ataque virtual talvez maior, de ter meus dados expostos. [...] Mas eu nunca deixei de fazer matérias ou procurar fontes por conta desse receio, apesar dele existir”*.

Sobre as consequências na saúde mental, Antonieta de Barros descreveu vivenciar *flashbacks*, ansiedade, insônia, raiva e desamparo. A jornalista ainda relatou crises de choro após a agressão. Sendo assim, é possível fazer funcionar o estresse da profissão ao da situação de agressão. Segundo Tavares, Xavier e Pontes (2021), 36,7% das jornalistas mulheres respondentes à pesquisa Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros (2012-2017) vivenciavam estresse.

Antonieta de Barros teve medo de retaliação por parte da emissora caso existisse algum processo. O único processo que tramitou foi por parte do Sindi-

cato dos Jornalistas devido às agressões. Ademais, a jornalista pensou em desistir do trabalho. “*Eu fiquei com medo e eu nunca me senti tão desvalorizada e tão humilhada enquanto mulher e enquanto mulher jornalista*”. A entrevistada comentou que teve medo de produzir pautas após o ocorrido e, ademais, a redação se negou a cobrir as manifestações, mesmo a emissora querendo enviar jornalistas para a cobertura. Ela descreveu não conseguir entrevistar mais de três pessoas por receio de aglomeração. A entrevistada recebeu uma licença de três dias da emissora, porém, após o retorno, não existiu auxílio psicológico.

Assim como Antonieta, Angela Davis também não recebeu respaldo da emissora, e como citado, a direção estava interessada no Ibope e não na integridade psicológica e física da profissional. Quanto às consequências psicológicas, relatou esgotamento, desamparo, *flashbacks*, medo de sair e ser reconhecida, e também teve crises de choro.

Diferente das outras jornalistas, Mietta vê a situação que passou como “*munição*” para continuar. Porém, reconhece que, após as agressões, teve ataques de raiva e passou por cansaços físicos. Na entrevista, indica que seus medos estão ligados à preocupação com a mãe. Ela teme que os agressores cheguem até sua família. Mietta foi a entrevistada que mais ingressou com processos judiciais após os ataques.

Em relação ao apoio das empresas, Bertha Lutz contou que a empresa deu apoio para ela após o ataque nas redes sociais, porém ficou mais no âmbito das notas de repúdio e não de uma ação efetiva para denunciar e chegar até os agressores. Ela optou por não ingressar com um processo. Mietta Santiago também teve um respaldo e cuidado da empresa. Segundo ela, a rádio contratou um segurança após os ataques.

Considerações

Com base nos tópicos de análise (perfil, violência e consequências), é possível concluir que cada entrevistada vivenciou a violência de gênero no exercício da profissão. Seus agressores agem para desacreditar e menosprezar as jornalistas sob forma de xingamentos, de ameaças e de isolamento das profissionais. As violências ocorrem no ambiente digital e são comuns os relatos de mudanças nos hábitos de uso das redes. Três das quatro entrevistadas passaram por violência no âmbito digital. Os ataques virtuais potencializam a violência em razão do seu alcance, difusão e tipo de exposição à vítima, caracterizando uma modalidade de violência que se relaciona com os discursos de ódio potencializados pelas redes sociais, com impactos em diferentes níveis.

As agressões e violências que as jornalistas sofreram têm por característica a desumanização delas como profissionais e, principalmente, como mulheres, aspecto este que Segato (2003) descreve como “*naturalização da violência*”. No caso em questão, os estigmas sociais se articulam com elementos da cultura profissional para evidenciar as desigualdades que atingem as mulheres.

É possível refletir sobre as consequências que as jornalistas precisaram enfrentar devido às violências. A mais percebida nas entrevistas foi a alteração na rotina, por medo de ser identificada ou agredida novamente e a culpa após a agressão. Além disso, o público e o privado na vida das profissionais acabam por se mesclar, à medida que as violências acionam estruturas sociais relacionadas às questões de gênero que atravessam a identidade das jornalistas, sobretudo quando se observam aspectos interseccionais que fortalecem as diferenças (Crenshaw, 2002). Registra-se que as jornalistas relataram aumento da ansiedade e do estresse por causa das agressões e também devido ao contexto de crise política e sanitária que o Brasil enfrentou no período. Outro tópico presente é a vontade de sair da profissão em razão da violência e da precarização.

No que se refere à atitude das empresas jornalísticas após a agressão, nem todas auxiliam as jornalistas. Em dois casos, as jornalistas tiveram violência e dor

minimizadas, e no caso da entrevistada identificada como Angela Davis, ela ainda ouviu ofensas da própria direção. Aqui, observa-se que a precarização do trabalho decorrente do processo de feminização (Yannoulas, 2011) acabou por reproduzir relações de desigualdade presentes na cultura profissional que convergem com hierarquias sociais.

Por fim, a partir da perspectiva teórica utilizada nesta pesquisa – cotejada com os dados sobre o tema da violência contra jornalistas – e dos relatos, evidencia-se que as entrevistadas foram atacadas por serem mulheres, ou seja, existe uma violência generificada. Mesmo diante do apagamento e naturalização da violência contra as jornalistas no campo profissional, fica evidente nos relatos a diferença quando o ataque é direcionado às mulheres.

Esta constatação se soma aos estudos de jornalismo e gênero que têm se dedicado à temática da violência e das desigualdades de gênero (Rocha, 2019; Nicoletti, Flores, 2022; Costa, 2023), demonstrando em uma pesquisa empírica, a partir das vozes das profissionais, os impactos causados na profissão e em suas vidas pessoais, de forma cruzada. A valorização dos testemunhos contribui para evidenciar o modo como as práticas de violência atingem as jornalistas e são reproduzidas no ambiente de trabalho.

É necessário, portanto, pensar de que forma a violência e, em particular, a violência de gênero no jornalismo é encarada socialmente e de que maneira a cultura profissional também corrobora este cenário. Ou seja, é necessária uma ruptura com valores hegemônicos da profissão jornalística, das instituições políticas – que detêm o poder e que se revelam os principais agressores – e da sociedade, responsáveis por produzir e reproduzir diversas violências de gênero, com vistas à redução das desigualdades de gênero.

Referências

ABRAJI, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil**. Edição 2021.

ABRAJI, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil**. Edição 2022.

BANDEIRA, Ana P. B. da S. **Jornalismo e feminização da profissão: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. Tese. Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35628. Acesso em 11 nov. 2024.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, v. 20, n. 2, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>. Acesso em 11 nov. 2024.

BRAYNE, Mark. Emoções, trauma e bom jornalismo. **Cadernos de Estudos Africanos**, v. 15, p. 31-46, 2008. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8513>. Acesso em 11 nov. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's Definitional Dilemmas. **Annual Review of Sociology**. 2015. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-soc-073014-112142>. Acesso em 11 nov. 2024.

COSTA, Jessica G. **Jornalistas em aliança: Tecendo redes de proteção e resistência na formulação de uma perspectiva de gênero transnacional**. Tese. Programa de

Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2023. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247752>. Acesso em 11 nov. 2024.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: <https://edisiplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2295749&forceview=1>. Acesso em 11 nov. 2024.

FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. **Relatório Violência a contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relatório-2022.pdf>. Acesso em 11 nov. 2024.

KRUG, Etienne et al. Violence a global public health problem. **World report on violence and health**. Geneva. 2002. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf. Acesso em 11 nov. 2024.

LAVILLE, Christian. DIONNE Jean. **A construção do saber** – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LORENTE-ACOSTA, Miguel. Violencia de género en tiempos de pandemia y confinamiento. **Revista Española de Medicina Legal**. v. 46, n. 3, p. 139-145, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta/resource/pt/ibc-192315>. Acesso em 11 nov. 2024.

LIMA, Samuel Pantoja (Coord.) **Perfil do jornalista brasileiro 2021**. Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Quorum, 2022. Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br/>. Acesso em 11 nov. 2024.

MOURA, Dione O. COSTA, Hallana M. Mulher jornalista e o “teto de vidro gênero/ raça/ classe” a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. In: **Desigualdade, relações de gênero e estudos de jornalismo**. São Paulo: Life Editora 2018.

MOURA, Dione. Excluídas dentre as excluídas: as Jornalistas negras perante o “teto de vidro gênero/raça/classe” no processo de feminização do jornalismo no Brasil. BELISÁRIO, K.M., MOURA, D.O.; GUAZINA, L.S. (Orgs). In: **Gênero em pauta**. Desconstruindo violências, construindo novos caminhos. 1 ed. Curitiba: Editora e Livraria Appris Ltda, V. 1, 2019.

MOURA, Dione O. ROCHA, Paula M; DAMIAN-GALLIARD, Béatrice. LE CAM, Florence. Gender Intersectionality and horizontal and vertical concentration of women journalists in Brazil, France, and Belgic Francophone's journalism. An introduction to the question. In: Brazil-France-Francophone Belgium Journalism Research Conference. **Anais**. São Paulo: SBPjor, 2018, p. 1-11. Disponível em: <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/BFFB/BFFB2018/paper/viewFile/1053/952>. Acesso em 11 nov. 2024.

NICOLETTI, Janara. FLORES, Ana M. M. Violence Against Journalists on Jair Bolsonaro's Youtube Channel: analysis of the first 100 days of the Covid-19 pandemic in Brazil. **Brazilian Journalism Research**. 2022. Disponível em: <https://bjr.sbpjour.org.br/bjr/article/view/1438>. Acesso em 11 nov. 2024.

OLIVEIRA, Ana C. G. COSTA, Mônica J. S. SOUSA. E. S. S. Feminicídio e violên-

cia de gênero: aspectos sociojurídicos. **Revista Tema**. 2015. Disponível em: <http://revistatema.facisa.edu.br/index.php/revistatema/article/view/236>. Acesso em 11 nov. 2024.

PONTES, Felipe S. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **E-Compós**, v. 20, n. 1, 2017. <https://doi.org/10.30962/ec.1310>. Acesso em 11 nov. 2024.

RENNÓ, L. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 106, p. 147-163, 2023. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009>. Acesso em 11 nov. 2024.

ROCHA, Paula M. **A feminização no jornalismo como uma categoria de análise em construção**: as transformações no mercado de trabalho, dissimetrias estruturais e conquistas. Monografia apresentada à banca avaliadora como requisito para ascensão na classe de professora associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2019. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1611445987_ARQUIVO_51198af4c99d263dc42a722ec3c17ee9.pdf. Acesso em 11 nov. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero no Brasil: conceitos versus dados. A onipresença do gênero nas relações humanas. 48ª reunião anual SBPC. **Anais**. São Paulo. 1996. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1qPYV1LtWIRaiWE4EnK0tQ4U20qq1yf9z/view?usp=sharing>. Acesso em 11 nov. 2024.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**. Universidad Nacional de Quilmes, Prometeo, 2003. Disponível em: <https://redmovimientos.mx/wp-content/uploads/2020/04/Segato-Rita.-Las-Estructuras-elementales-de-la-violencia-comprimido.pdf>. Acesso em 11 nov. 2024.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, Porto Alegre: UFRGS, 1995. Acesso em 11 nov. 2024.

TAVARES, Camilla Q.; XAVIER, Cíntia; PONTES, Felipe S. Os jornalistas brasileiros em contextos de crises: uma análise das trajetórias profissionais de 2012 a 2017. **E-Compós**, v. 24, n. 1, 2021. <https://doi.org/10.30962/ec.2040>. Acesso em 11 nov. 2024.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014, p. 203-220. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em 11 nov. 2024.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Revista Temporalis**. v. 11, n. 22. Brasília. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>. Acesso em 11 nov. 2024.